



Análise de riscos na concessão de crédito por instituições financeiras cooperativas para pessoas jurídicas

Resumo: A eficiência da análise de crédito pelas instituições financeiras na concessão de crédito às pessoas jurídicas é fator determinante para uma boa carteira de crédito. O objetivo geral do estudo é analisar os riscos de uma cooperativa de crédito na concessão de crédito. Ainda são traçados objetivos específicos: Identificar as atuais ferramentas de análise de crédito; Verificar a eficiência da mesma, as mutações do risco e seus impactos durante diferentes períodos na economia do país; Elaborar uma ferramenta de análise com visão ampla dos riscos envolvidos. Para fundamentar a discussão, buscou-se inicialmente na literatura os conceitos de riscos corporativos, os quais são observados pelo que representam os riscos financeiros para a própria instituição e ainda, os riscos estratégicos, financeiros, operacionais e perigos que devem ser elucidados na análise de crédito pelas instituições financeiras. Mais tarde são integrados dados de levantamento documental do desempenho da carteira de crédito de uma instituição financeira cooperativa, que revelou que a falta de uma análise de crédito que absorva melhor os riscos, interfere diretamente no resultado do exercício da instituição, este poderia ser em média cinco milhões a mais entre 2010 e 2016. Conclui-se que a análise de crédito no caso estudado apresenta limitações, principalmente no que diz respeito ao conjunto dos riscos não identificados previamente à concessão de crédito, mais tarde não recuperados, o que representa 26% das concessões no período analisado. A proposta de um novo instrumento de análise de crédito é então elaborada, que permite identificar os diversos riscos das pessoas jurídicas captadoras de recurso.

Palavras-chave: Riscos corporativos; Análise de crédito; Instrumento de análise; Instituições financeiras cooperativas.

Linha Temática: Gestão de riscos de crédito

1. Introdução

No presente momento o país encontra-se em um cenário de retração econômica, onde as perspectivas mudam a cada instante e a cada movimento político. Nem mesmo os profissionais mais renomados em economia arriscam previsões estáticas sobre um período de curto prazo, alguns alegam não existir luz no fim do túnel, já outros alegam nem mesmo existir túnel.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

A redução do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento de desemprego atingiu também as empresas, paralelo a isso, o aumento de inadimplentes também aumentou se comparado a períodos anteriores, segundo o Sistema de Proteção de Crédito (SPC, 2016).

Mesmo diante do cenário exposto, não se pode perder de vista que toda instituição possui finalidade de agregar valor as partes envolvidas, seja financeiro ou não. A gestão de riscos corporativos tem a missão de identificar nas incertezas da organização, os riscos e oportunidades que podem surgir ou que surgem no dia a dia. Desta forma, estes podem representar oportunidades de adicionar valor ou até mesmo destruí-lo. Nesse aspecto, a análise de riscos financeiros é mais uma forma de solidificar os resultados melhorando a segurança nas liberações de créditos.

Entre os vários riscos que podem interferir na árdua missão do gestor em agregar valor estão os riscos financeiros. Os riscos financeiros são tão importantes quanto os demais, porém, devido ao fato de que, sem dinheiro nada dura muito tempo, esses riscos devem ser tratados de forma singular.

Como evitar uma possível inadimplência ou impedir que o seu aumento interfira no seu resultado? Ou ainda como manter a margem de lucro em tempos de retração da economia? Essas são algumas das situações que a gestão de riscos, mais especificamente de riscos financeiros, tenta gerir de forma a evitar qualquer falha ou mutação fora de um desvio padrão aceitável.

Neste panorama, as instituições financeiras cooperativistas, precisam rever seus instrumentos de análise de risco. Da teoria de riscos corporativos, os riscos financeiros representam para as instituições financeiras uma ameaça à sua sobrevivência, ao mesmo tempo que os riscos estratégicos, operacionais e perigos, precisam ser desvendados nas análises de concessão de crédito para pessoas jurídicas.

Instituições financeiras possuem em sua raiz uma grande preocupação com a inadimplência, em especial as cooperativas de crédito, tendo em vista que a liberação de recursos para seus clientes é a principal fonte de renda e motivo original de sua existência. Devido ao cenário em que nos encontramos, a análise de crédito ficou mais criteriosa visando reduzir, mitigar ou até mesmo eliminar o risco de uma operação.

Frente a isso, a atualização das ferramentas de análise de crédito, são fundamentais para evitar inadimplências futuras e garantir o recebimento do crédito liberado conforme pactuado em contrato no momento da liberação.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral identificar a eficiência da análise de riscos na concessão de créditos para pessoas jurídicas numa instituição financeira cooperativa e como objetivos específicos a) demonstrar os atuais instrumentos de análise de risco na concessão de créditos adotados pela instituição financeira cooperativa pesquisada; b) apresentar os dados da carteira do crédito concedido pela instituição financeira cooperativa e ainda os fatores da inadimplência; c) comparar a mutação do nível de risco em períodos de crescimento da economia e de retração e qual seu impacto sobre a inadimplência e prejuízo; e d) desenvolver um instrumento de análise de crédito amplo que permite avaliar a gestão dos riscos corporativos dos tomadores de crédito.

Trata-se de um estudo descritivo, que fez uso dos métodos de pesquisa documental e participativa, com abordagem qualitativa dos dados. Segundo Martins (2006) a pesquisa qualitativa tem a função de descrição, intermediar a compreensão e facilitar a interpretação dos fatos, mutações e eventos. O estudo seguiu as seguintes etapas: a) revisão bibliográfica; b) levantamento documental das ferramentas de análise de crédito atualmente utilizados; c) levantamento de dados do desempenho do crediário; e d) construção de uma proposta de ferramenta de análise de crédito



Surge assim a contribuição científica do presente estudo, ao trazer a discussão da análise de riscos, inicialmente na visão dos riscos financeiros para a instituição financeira e depois, o conjunto dos riscos que devem ser considerados por meio dos instrumentos de análise para identificar os diversos riscos das pessoas jurídicas captadoras de recursos.

2 Fundamentação teórica

Apresenta-se nesse capítulo conceitos que fundamentam o tema de estudo, inicialmente descreve-se os riscos corporativos e suas classificações, ainda se evidencia a gestão do crédito e as ferramentas de análise.

2.1 Riscos corporativos

A palavra risco significa que algo pode não sair como o planejado, significa que algo é arriscado ou arriscar-se, mas atualmente essa palavra leva a um entendimento muito mais amplo, envolve uma medida quantitativa e qualitativa de incerteza em torno de qualquer atividade realizada seja na vida pessoal, profissional ou até mesmo em corporações (IBGC, 2007).

Mas não necessariamente pode ser uma situação negativa, em termos financeiros pode se dizer que a relação risco versus retorno tem correlação direta, quanto maior o risco, maior pode ser o retorno; esse dilema aplica-se também ao cotidiano empresarial a medida que se aumenta o retorno e agrega-se um valor maior que o esperado em torno da organização (IBGC, 2007).

A definição de gestão de risco corporativo pode ser traduzida como um processo multinível, contínuo e que flui por meio da organização, conduzido para ser aplicado as estratégias da organização, identificando eventos em potencial que podem representar risco e oportunidades e tratando-os de acordo com o apetite de riscos disposto a correr (COSO, 2007).

Os objetivos da gestão de riscos corporativos são: alinhar os riscos que a empresa está disposta a correr com as estratégias adotadas para cada objetivo; reagir aos riscos da melhor forma possível a fim de mitigar, evitar, eliminar ou aceitar os riscos; reduzir surpresas ou prejuízos operacionais; identificar riscos múltiplos e sistêmicos; aproveitar oportunidades sendo proativo; otimização de capital por meio de uma análise eficaz da sua necessidade, origem e destino (COSO, 2007).

O gerenciamento de risco deve garantir que as estratégias e apetite a risco definido pelo conselho de administração para os diversos níveis de risco da organização estejam em linha com os objetivos estratégicos da mesma e sejam elaborados através de processos estruturados (BMF&BOVESPA, 2015).

Existe correlação direta entre os objetivos que pretende-se alcançar com os componentes da gestão de riscos corporativos, que representam aquilo que é necessário para seu alcance. Estes objetivos se subdividem em quatro categorias, sendo elas estratégicos, operacionais, comunicação e conformidade (COSO, 2007). Na mesma linha o IBGC (2007) categoriza os riscos como estratégicos, operacionais e financeiros, ou ainda estratégicos, operacionais, financeiros e perigos (Ferma, 2003).

2.2 Gestão de crédito

Com o descobrimento de novos mundos, muitos metais e pedras preciosos eram enviados a Europa e acumulados nos grandes centros históricos, desenvolvendo uma nova dinâmica na economia. Estes estoques formavam lastros de capital gerando fundos para empréstimos e fomentando o capitalismo (Tavares, 1988).



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

A intermediação financeira gerou uma evolução na sociedade na era do escambo, fortalecendo a economia e ampliando a produção e demanda por bens e serviços, além de dar a opção de escolha e comparabilidade aos produtos desejados pelo cidadão (Silva, 2008).

A necessidade expandiu-se com o aumento da produção de bens duráveis como veículos e eletrodomésticos, em tempos de prosperidade é importante a facilidade de modalidades e acesso ao crédito (Tavares, 1988).

Nesse sentido, ressalta-se a principal função das instituições é a intermediação financeira, que transformando em termos contábeis, nada mais é do que uma operação passiva no momento de captar dinheiro junto a seus clientes e ativa no momento de liberação de empréstimos e financiamentos (Silva, 2008).

Em finanças entende-se o risco como instabilidades no retorno dos investimentos muitas vezes usa-se as palavras risco e incertezas indistintamente, porém incertezas seriam situações que não se pode prever, enquanto o risco é possível ser calculado (Silva, 2008).

A cessão de crédito gera por si só uma expectativa de recebimento do capital cedido, por isso é importante reconhecer que em qualquer operação deve existir a noção de risco. Cabe ao cedente a decisão de cedê-lo ou não (Schricket, 1994).

Como o sistema financeiro é composto por tomadores de recursos (empréstimos) e por poupadores (investimentos), as taxas cobradas em empréstimos visam cobrir a remuneração dos investimentos somando o ganho desejado pela instituição, conhecido como *SPRED* (traduzindo do inglês significa propagação), neste ganho já está incluso o risco que a entidade se propôs a correr na intermediação (SILVA, 2008).

A principal forma de cálculo e mensuração de riscos é a análise de crédito, logo, este torna-se o seu objetivo dentro da instituição. Suas recomendações e ponderações devem estabelecer parâmetros para as particularidades da operação (Schricket, 1994).

Sempre que uma instituição financeira realiza um empréstimo, está assumindo o risco de não receber esse valor. Denota-se que o não pagamento dessa operação pode ocorrer por vários motivos, contudo, as instituições devem tentar reduzir esse risco de várias formas, seja por garantias ou por análise criteriosa das liberações, bem como pela boa qualidade de carteira de clientes (Silva, 2008).

Risco de crédito se resume no não pagamento de empréstimos por parte de clientes, gerando perdas ou prejuízos devido a própria perda do ativo emprestado, custos com recuperação deste crédito ou redução de ganhos devido a vantagens concedidas nas operações (BMF&BOVESPA, 2015).

É importante as instituições terem em sua carteira uma cobrança de taxas suficientes para pagar a remuneração de investimento de forma satisfatória aos investidores e também aos acionistas, caso o risco de mercado não seja observado de forma correta, a instituição pode ter grandes prejuízos ou perdas de investidores. (Silva, 2008).

2.3 Instituições financeiras cooperativas

O cooperativismo surgiu na era das cavernas quando os homens primitivos se uniam para caçar grandes animais, evoluiu e tornou-se uma grande tendência mundial e passou a incorporar em várias áreas como crédito, habitacional, de produção, de educação, do agronegócio e de transporte (Heinzelmann; Souza, 2009).

As instituições financeiras cooperativas possuem um objetivo social de distribuição de oportunidade. A carta magna descreve quais os objetivos do estado perante a população, objetivos esses que são similares ao cooperativismo (Meinen; Port, 2012).

O cooperativismo tem por objetivo a produção de riqueza e, por meio de um conceito de união e fraternidade proporcionar que todos da sociedade onde estão inclusos tenham acesso

a mesma oportunidade de forma justa. No cooperativismo, a riqueza gerada em determinado local continua no mesmo local, proporcionando um crescimento sustentável (Pinho; Palhares, 2010). Seu funcionamento é regido pelos valores de solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade e os princípios do cooperativismo foram elaborados em Rochdale na Inglaterra durante a revolução industrial e após pequenas adequações a realidade atual permanecem com o mesmo intuito. Nos momentos de crise o cooperativismo cresce sempre pautado em seus princípios e valores (Pinho; Palhares, 2010).

As cooperativas de crédito não possuem lucros ou prejuízo, mas sim resultado, este deve ser distribuído ao final de cada exercício de forma justa de acordo com a participação de cada associado. Desta forma, o cooperativismo faz com que as riquezas geradas na cidade permaneçam nela mesma e distribuindo o capital ao invés de gerar fortunas a apenas uma pessoa (Meinen; Port, 2012).

As cooperativas de crédito estão amparadas pela Lei 5.764/71 onde possui regras para seu funcionamento, tratamento fiscal e incentivo a população como forma de disponibilizar crédito de uma forma mais barata e justa (Meinen; Port, 2012).

Devido ao fato de as cooperativas não terem objetivo de gerar lucro, existe sempre ativa entre os envolvidos (colaboradores, cooperados, diretores, conselhos) uma discussão de como trabalhar quanto a questão de resultados no final dos exercícios. Porém, já ficou claro a todos que mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos o resultado positivo final deve ser alcançado devido ao risco envolvido (Meinen; Port, 2012). Decorre daí a importância das cooperativas efetuar uma boa análise de riscos para não comprometer os resultados com a não efetivação de créditos concedidos.

2.4 Estudos relevantes

A respeito da estrutura de governança corporativa e gestão de riscos, Coimbra (2011) relata os prejuízos que os investidores e acionistas sofreram, os quais fizeram com que os órgãos que regulam o sistema financeiro adotassem uma série de medidas para aumentar as exigências legais no sentido de que as empresas empreguem mecanismos mais rígidos de governança corporativa e de gestão de riscos. Conclui descrevendo que as questões ambientais, ou seja, econômicos, políticos, legais, sociais, tecnológicos, da ação de concorrentes e de clientes, bem como a partir da tomada de decisões estratégicas são originadas por meio dos riscos estratégicos, incluindo ainda os riscos políticos e de reputação.

Oliveira e Cunha (2015) realizaram estudo baseado na análise de risco como medida preventiva de inundações na Amazônia, mais precisamente no rio Jari, localizado em Laranjal do Jari-AP para investigar um modelo de contingência o qual analisa o risco de desastre, qual seja, a probabilidade de ocorrência de eventos particulares e de previsão de perda, bem como o impacto no local. Desta forma, nota-se que é plenamente possível em um futuro próximo a ocorrência de enchente na bacia do rio Jari, contudo, para minimizar os riscos, deve haver um monitoramento dos fatos climáticos como forma de gestão de risco e ferramenta ao combate ao impacto de desastres naturais.

Os estudos apresentados revelam os diversos riscos que devem ser observados nas políticas de concessão de crédito pelas cooperativas. O estudo de caso apresentado na sequência de igual forma revela a diversidade de riscos que afetam a efetivação do crédito concedido por instituições financeiras cooperativas.



3 Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, que fez uso dos métodos de pesquisa documental e participativa, com abordagem qualitativa dos dados.

Segundo Martins (2006) a pesquisa qualitativa tem a função de descrição, intermediar a compreensão e facilitar a interpretação dos fatos, mutações e eventos. O estudo seguiu as seguintes etapas:

A. Revisão bibliográfica; focada na contextualização dos riscos envolvidos no resultado das pessoas jurídicas tomadoras de recursos e na gestão do crédito das instituições financeiras. Priorizou-se autores e entidades que possuem reconhecimento nacional ou internacional quanto aos temas pesquisados.

B. Levantamento documental das ferramentas de análise de crédito atualmente utilizados; observou-se em análises de crédito já realizadas e pesquisa no manual de crédito, política de crédito da instituição financeira estudada e por meio de entrevista com o analista de crédito.

C. Levantamento de dados do desempenho do crediário; Apresentação e análise dos dados levantados, utilizando-se dos relatórios internos da instituição e entrevista aos gerentes de relacionamento responsáveis pela gestão da carteira de crédito onde os inadimplentes se encontram. Foram entrevistados 15 gerentes de relacionamento na área de atuação no Vale do Itajaí. Durante a entrevista abordou-se todos os contratos inadimplentes, os motivos alegados pelos gestores das empresas para a ocorrência do não pagamento.

D. Construção de uma proposta de ferramenta de análise de crédito ampla que contempla as ferramentas já utilizadas, e incorpora dados coletados na revisão bibliográfica com o intuito de criar uma análise mais qualificada dos tomadores de crédito. A partir dos modelos de Ferma (2003), COSO (2007), IBGC (2007) e ainda BMF&BOVESPA (2015), sobre a gestão dos riscos corporativos e suas subclasses somado as respostas dos gerentes de relacionamento para elaborar um questionário quanto aos riscos operacionais, estratégicos, financeiros e perigos e chegar a uma classificação de preparo da gestão. Para agregar quanto ao aspecto financeiro e grau de solvência da empresa, utilizou-se o termômetro de Kanitz, que segundo SANTOS (2015), teve o maior índice de acerto entre os vários métodos testados (acerto de 88%). Para a pontuação final, e análise do risco, considerou-se os riscos que a instituição está disposta a correr segundo seu manual e política de crédito.

4 Análise dos dados

O presente estudo foi realizado em uma instituição financeira cooperativa de Santa Catarina, que tem em sua carteira de clientes 1.425 cooperados pessoa jurídica, representando 18% da sua carteira geral de clientes, sua carteira de crédito em posse de pessoas jurídicas é de R\$ 177.655.205,73 representando 69% de sua carteira total.

Para saber aonde se quer chegar é fundamental conhecer o ponto de partida, o caminho e os obstáculos que podem existir. Muitas vezes é impossível prever os eventos futuros, mas por meio de uma análise de um determinado histórico é possível chegar a uma previsão.

O mesmo acontece na análise e liberação de crédito, na qual constantemente tem-se que acompanhar o desenvolvimento e manutenção da carteira, além de observar os possíveis motivos pelos quais o tomador deixou de honrar com os pagamentos acordados na liberação do recurso. A tabela 1 apresenta a evolução da inadimplência que a cooperativa vem tendo nos últimos anos.

Tabela 1 - Carteira de crédito com sua evolução e inadimplência

Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Carteira crédito em milhões de R\$	108,8	106,5	133,5	162,5	205,8	245,6	249,7
Evolução crédito	-	-1,71%	20%	18%	21%	16%	1,67%
Inadimplência	1,7%	4%	4,4%	4,9%	3,4%	4,4%	4,9%

Fonte: Dados do estudo

Na tabela 1 demonstra-se a evolução da carteira de crédito do período de 2010 a 2016, bem como a inadimplência anual de cada período. Nela é possível observar uma evolução média próxima a 14,66%, com exceção ao ano de 2011 onde a carteira de crédito teve uma redução de 1,71% o que ocasionou a diminuição da média. Caso descontarmos 2011, essa média sobe para 18,75% ao ano, principalmente devido ao ano de 2014 onde a evolução foi de 21%.

A tabela 2 tem por finalidade evidenciar quanto da carteira total é composta por pessoa jurídica e sua representatividade total dentro da carteira de crédito da instituição.

Tabela 2 - Composição de crédito da carteira

Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Carteira crédito em milhões de R\$	108,8	106,5	133,5	162,5	205,8	245,6	249,7
Pessoa Jurídica em milhões de R\$	53,3	54,5	82,4	105,7	137,2	169,2	171,5
Pessoa Jurídica em %	49%	51%	62%	65%	67%	69%	69%

Fonte: Dados do estudo.

Gradativamente a carteira de crédito da pessoa jurídica assumiu papel de destaque chegando próximo a 70% em 2015. Porém o planejamento estratégico da instituição determina que o máximo a ser liberado para pessoas jurídicas é de 60%, fato este que fez com que a instituição voltasse seu olhar para a pessoa física.

Assim como a carteira de crédito de uma forma geral teve um crescimento expressivo de 2010 a 2015, a carteira Pessoa Jurídica - PJ em específico também teve seu crescimento destacado, cresceu no período 217% enquanto a carteira geral cresceu 125%. Em representatividade cresceu 20% no mesmo período.

Para poder descobrir os motivos da inadimplência das PJ questionou-se os gerentes de relacionamento da carteira sobre quais os motivos que levam as empresas à incapacidade de liquidação da dívida conforme acordado em contrato. Esse questionamento foi aplicado via telefone aos 15 gerentes de relacionamento que atuam na região do Vale do Itajaí (SC) e abrangeram a todos os devedores que constam no sistema da instituição do período de 2010 a 2016 as respostas dadas pelos gestores seguem na tabela 3.

Tabela 3 - Causas da inadimplência dos cooperados pessoa jurídica

Descrição	Incidência
Concentração do faturamento em poucos clientes	24%
Entidade pública como principal cliente	22%
Golpe/fraude (caráter, comprometimento em pagar	9%
Ausência de acompanhamento da economia (crise)	15%
Aumento indiscriminado de endividamento	23%
Problemas familiares	1%
Ausência de estudo de viabilidade	5%
Desastres naturais	2%

Fonte: Dados do estudo

Na tabela 3 demonstra os principais eventos, que segundo os gestores das empresas inadimplentes, contribuíram para o não cumprimento do acordado em contrato. Essas informações foram coletadas através de entrevistas aos gerentes responsáveis de cada contrato inadimplente. A amostra contempla o período de 2010 a 2016.

Com base em COSO (2007) o 1º, 2º e penúltimo item demonstram falha na gestão dos riscos estratégicos. Já o 3º e o 6º item demonstram falha no gerenciamento dos riscos operacionais segundo IBGC (2007). Enquanto o 4º e o 5º item são falhas na gestão dos riscos financeiro segundo BMF&BOVESPA (2015). Já segundo Ferma (2003) o último item representa os perigos a que as organizações estão expostas.

4.1 Mutações do nível de risco em períodos de crescimento da economia e de retração e seu impacto na inadimplência e prejuízo.

Ao mudar sua estratégia e passar a trabalhar com intensidade as liberações de crédito para pessoas jurídicas, a inadimplência começa a surgir de uma forma diferente do que a instituição estava acostumada, passando a provisionar mais para crédito de liquidação duvidosa.

A estratégia obrigou a instituição a adaptar-se durante o processo em desenvolvimento e exigindo novos conhecimentos dos profissionais envolvidos na liberação análise e gestão do crédito. Durante o período de 2010 a 2015 o *Rating* sofreu várias mutações dentro de cada ano e entre um ano e outro.

Demonstra-se pela tabela 4 a flutuação do risco estabelecido por meio do Rating de crédito conforme demanda a resolução do Banco Central do Brasil 2682/99 que leva em consideração apenas as flutuações de riscos das pessoas jurídicas bem como sua participação sobre o provisionamento total.

Tabela 4 - Flutuação de provisionamento de crédito de liquidação duvidosa

Rating	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
A	11,00%	9,52%	4,44%	4,02%	5,57%	12,01%	12,33%
B	15,69%	11,47%	4,12%	4,29%	5,51%	7,96%	6,55%
C	3,27%	1,81%	2,65%	4,47%	4,60%	5,78%	9,61%
D	8,19%	13,32%	1,91%	1,46%	1,55%	1,53%	0,45%
E	47,02%	3,47%	4,00%	3,59%	8,89%	18,21%	5,69%
F	2,32%	2,76%	4,35%	10,86%	12,94%	19,36%	4,74%
G	5,37%	1,27%	7,09%	0,47%	0,01%	3,65%	7,45%
H	7,14%	56,38%	71,44%	70,84%	60,93%	31,50%	53,20%
TOTAL PJ	63,89%	48,59%	73,48%	74,70%	73,17%	72,61%	66,82%
PIB	7,50%	3,90%	0,90%	2,30%	0,10%	-3,80%	-0,50%

Fonte: Dados do estudo

É possível observar que após redução do PIB o provisionamento de crédito de liquidação duvidosa aumentou significativamente. A participação da pessoa jurídica sobre o provisionamento total manteve-se acima de 70% a partir de 2012, ano em que foi registrado o início de retração da economia.

A retração da economia refletiu o impacto que a ausência de gestão de riscos corporativos fez nas empresas inadimplentes, durante a mesma entrevista utilizada para a coleta de dados da Tabela 6, perguntou-se o que na visão deles fez com que as empresas inadimplentes com a economia em alta se mantivessem na mesma situação. A resposta foi preparo, organização, planejamento e conhecimento.

Na tabela 5 nota-se claramente que o aumento da inadimplência gerou um provisionamento superior na carteira da pessoa jurídica a partir do ano de 2012, bem como um prejuízo maior que no ano de 2010 onde não existia.

Tabela 5 - Histórico de sobras, provisionamento e prejuízo da Pessoa jurídica

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sobras	4,7 Milhões	4,1 Milhões	5,4 Milhões	4,3 Milhões	3,9 Milhões	7,4 Milhões	11 Milhões
Provisão PJ	1,7 Milhões	1,6 Milhões	5,3 Milhões	6,9 Milhões	6,8 Milhões	4,5 Milhões	4,6 Milhões
Prejuízo PJ	-	1,7 Milhões	1,2 Milhões	848 Mil	1,4 Milhões	329 Mil	

Fonte: Dados do estudo

No ano de 2014 a cooperativa teve seu maior crescimento da carteira de crédito e em 2015 alcançou a maior participação da pessoa jurídica na carteira, ao mesmo tempo em que teve seu maior resultado de exercício. Este último podendo ser diretamente influenciado pela redução de provisão comparada com anos anteriores e a redução dos contratos em prejuízo.

Destaca-se na tabela 5 o provisionamento de inadimplentes da carteira pessoa jurídica nos anos de 2012, 2013 e 2014, durante este período os números tiveram o maior histórico de atingimento, coincidindo com períodos de retração na economia com o PIB em 0,90%, 2,30% e 0,10% respectivamente.

Os dados reforçam a necessidade de uma análise de crédito mais assertiva e um controle das liberações após sua negociação. Destes dois critérios o índice de inadimplência tende a reduzir bem como de prejuízo e aumenta-se as receitas. A contribuição dos créditos da pessoa jurídica para a construção do resultado é inegável.

Estes dados demonstram claramente a ineficiência e ineficácia da análise de crédito para a pessoa jurídica. Demonstrada principalmente devido ao alto número de inadimplência e provisionamento de risco devido a atrasos ou outros problemas.

4.2 Proposta de instrumento de análise de crédito amplo para pessoa jurídica.

Com o pleno conhecimento da contribuição da carteira pessoa jurídica para o resultado da instituição, bem como o impacto que a análise de crédito incompleta pode causar tanto na provisão quanto no prejuízo, e ainda as causas da inadimplência, buscou-se na literatura instrumentos de análise de crédito que possam tornar mais eficientes e eficaz o processo.

O ideal de uma operação de crédito é que no momento da negociação possa ser realizada as observações qualitativa e quantitativas necessárias para a análise, e possibilite a redução ou mitigação de riscos que a instituição não está disposta a assumir.

Atualmente a instituição possui para a análise de crédito pessoa jurídica uma análise superficial do balanço e DRE dos últimos 3 anos, análise do *Rating* fornecido pelo sistema com base no cadastro do cooperado, análise de endividamento por meio do relatório do Bacen e do SERASA, análise das garantias e informações dos sócios.

Segundo Gartner, Moreira, Galves (2009) é importante o especialista, no caso o analista de crédito, ter acesso a um método de análise da gestão de riscos corporativos, para poder ponderar esses itens.

Com a ferramenta proposta neste artigo a cooperativa passará a ter uma análise da solvência da empresa por meio do termômetro de Kanitz, análise dos riscos corporativos (operacional, estratégico, financeiro e perigos) de forma compilada e gerando um novo *Rating* geral da operação.

Com base na pesquisa bibliográfica, elaborou-se questões em tornos dos vários riscos que a empresa pode estar exposta, de acordo com os exemplos expostos na literatura e somando as respostas dadas pelos gerentes de relacionamento durante coleta de dados. Chegou-se assim as perguntas que irão compor os questionários dos riscos operacionais, estratégicos, financeiros e os perigos.

Figura 1 - Análise dos Riscos operacionais

RISCOS OPERACIONAIS		MENU	Legenda:
ITEM	DESCRIÇÃO	RESPOSTA	sim = 1 Não = 0
1	Possui planejamento de riscos Operacionais?	1	
2	Teve alguma readequação nos processos internos nos ultimos 5 anos?	1	
3	Possui algum programa de saude para colaboradores?	1	
4	Possui prevenção a acidentes?	1	
5	Possui programa de capacitação para seus colaboradores?	1	
6	Possui boa disponibilidade de mão de obra?	1	
7	Possui logística bem definida de abastecimento a produção?	1	
8	Possui logística bem definida de abastecimento a clientes?	1	
9	Possui algum programa de atendimento e resolução de reclamações?	1	
10	A cultura organizacional é de alta performa-se?	1	
11	Sua capacidade produtiva esta sendo toda utilizada?(não possui ociosidade)	1	
12	Possui relatórios confiáveis?	1	
13	Seu sistema de informação é eficiente e atualizado?	1	
14	Possui controle de estoque eficiente?	1	
15	Leitout de produção é adequado?	1	
16	Equipamentos utilizados são modernos, em bom estado, eficientes e eficazes	1	
17	Possui processos por problemas contratuais?	0	
18	Possui revisão periódica de seus contratos?	1	
19	Possui todas as certificações necessarias para funcionamento?	1	
20	Possui seguro patrimonial?	1	
21	Possui seguro de vida em grupo?	1	
22	Possui programa de prevenção e combate a fraudes internas?	1	
23	Possui programa de manutenção preventiva de maquinas e equipamento	1	
24	Possui planejamento tributario?	1	
25	A empresa possui algum tipo de sonegação fical?	0	
26	Pontuação Total	23	
Obs: Nos itens 17 e 25 a pontuação em caso de resposta afirmativa deve possuir pontuação -1.			

Fonte: Dados do estudo.

Com base nos exemplos de riscos operacionais citados em COSO (2007) onde diz que podemos considerar: tempo necessário para reparo de maquinas e equipamentos, índice de peças defeituosas, capacidade de demanda, segurança de empregados, logística.

O gerente que negociar o crédito será o responsável em preencher as planilhas e deverá alterar apenas o campo onde esta as respostas das perguntas. Ao final, a planilha apresentará uma soma que enviará automaticamente para o campo resultado.

Em perguntas onde a resposta esperada ideal for não e a empresa responder como sim, deverá ser colocada na planilha como -1 agravando desta forma o risco analisado em questão.

Figura 2. Análise de Riscos Estratégicos

RISCOS ESTRATÉGICOS		MENU	
ITEM	DESCRIÇÃO	RESPOSTA	Legenda:
1	A empresa possui planejamento estratégico?	1	sim = 1
2	Existe acompanhamento do planejamento estratégico?	1	Não = 0
3	Todos os setores tem conhecimento do planejamento estratégico?	1	
4	Conhece seus clientes?	1	
5	Conhece a concorrência?	1	
6	Possui alguma vantagem em seu produto quanto ao do seu principal conc	1	
7	Possui acompanhamento do consumo do seu publico alvo?	1	
8	Possui acompanhamento da sua atividade?	1	
9	Seus produtos possuem boa qualidade?	1	
10	Possui plano de marketing?	1	
11	Seu plano de marketing é adequado?	1	
12	Possui planos de expansão?	1	
13	Possui estudo de viabilidade para expansão de filiais?	1	
14	Possui plano de expansão de novos produtos?	1	
15	Possui estudo de viabilidade para novos produtos?	1	
16	Acompanha feiras e eventos do ramo em que atua?	1	
17	Acompanha as movimentações na sua area?	1	
18	Possui metas estabelecidas?	1	
19	As metas são claras?	1	
20	As metas e o planejamento estratégico estão alinhados a missão e visão?	1	
21	Possui aprimoramento constante de seus produtos/serviços?	1	
22	Acompanha movimentação dos concorrentes(fusão, incorporação, falencia)	1	
23	Possui em sua carteira de clientes entidades de administração publica?	0	
24	Seu faturamento esta concentrado em um ou poucos clientes?	0	
25	Possui concentração de fornecedores?	0	
26	Pontuação Total	22	
Obs: Nos itens 23,24 e 25 a pontuação em caso de resposta afirmativa deve possuir pontuação -1			

Fonte: Dados do estudo

Os riscos estratégicos darão a possibilidade de uma análise qualitativa quanto a noção de estratégias de lançamentos de novos produtos, bem como expansão da marca por meio de filiais ou novas áreas de atuação.

Da mesma forma como na análise de Riscos operacionais, para algumas perguntas a resposta ideal esperada é não, são elas as de números 23, 24 e 25. Tendo o não como resposta identifica-se a não existência de risco ou baixo risco quanto a concentração de clientes e fornecedores e o tipo de ambos.

Para elaborar a avaliação dos riscos financeiros utilizou-se exemplos citados em COSO (2007) que relata o conhecimento, orçamento e projeção de fluxo de caixa, acompanhamento de variações no fluxo de caixa, aderência do fluxo de caixa, ausência de geração de caixa na atividade da empresa, acompanhamento do desempenho financeiro.

Segundo Ferma (2003) são exemplos de riscos que as empresas estão expostas: alavancagem financeira, contratos com risco cambial, ausência de proteção a variação do câmbio, baixa liquidez, oferta de crédito no mercado.



Figura 3. Análise dos riscos Financeiros

RISCOS FINANCEIROS		MENU	
QUESTÃO	DESCRIÇÃO	RESPOSTA	Legenda:
1	Possui orçamento e projeção de Fluxo de caixa para o exercício?	1	sim = 1
2	Acompanha as variações de orçamento e projeção de fluxo de caixa?	1	Não = 0
3	Esta aderente ao orçamento e fluxo de caixa (positivo, negativo, nivelado)?	1	
4	Empresa possui geração de caixa na atividade operacional?	1	
5	Possui controle e acompanhamento do desempenho financeiro?	1	
6	Empresa esta com endividamento alavancado?	0	
7	Possui contratos de empréstimo com taxa cambial?	1	
8	Possui proteção a variação do cambio?	1	
9	Possui índices de liquidez acima de 1?	1	
10	Possui disponibilidade de crédito no mercado?	1	
11	Relatórios financeiros são completos e exatos?	1	
12	Possui patrimonio capaz de liquidar suas obrigações em situações extremas?	1	
13	Possui reservas financeiras (de lucros, de capital, fundo de reservas)?	1	
14	Possui acompanhamento de empréstimos sensíveis a variações economicas e pol	1	
15	Possiveis operações de cambio são protegidas?	1	
16	Possui provisão de liquidações duvidosas?	1	
17	Possui sistema de cobrança de inadimplentes?	1	
18	Possui acompanhamento constante das politicas economicas?	1	
19	Possui investimentos de alto risco?	0	
20	Possui seguro patrimonial?	1	
21	Possui sazonalidade na geração de caixa?	0	
22	Os custos, preços e margens estão adequados aos dos seus concorrentes?	1	
23	Possui planejamento para viés extremos da economia?	1	
24	Possui programa de tratamento e combate a perdas?	1	
25	Possui controle de gastos operacionais?	1	
26	Pontuação Total	22	
Obs: Nos itens 06, 19 e 21 a pontuação em caso de resposta afirmativa deve possuir pontuação -1.			

Fonte: Dados do estudo.

Quanto ao percentual de compatibilidade com as respostas desejadas trabalha-se neste item também 77% em relação aos riscos que a instituição está disposta a correr. Essa margem ocorre por entender que o crédito pode estar sendo destinado a correção destes pontos.

Segundo Ferma (2003) os perigos a que as organizações estão expostas são resultado de ações naturais, riscos de responsabilidade civil como incêndio ou contaminação do solo e/ou do lençol freático. Ainda segundo IBGC (2007) é importante prevenir qualquer eventualidade de responsabilidade civil.

Figura 4. Análise de Perigos

PERIGOS		MENU	
QUESTÃO	DESCRIÇÃO	RESPOSTA	Legenda:
1	Atividade da empresa pode causar danos ao meio ambiente?	0	sim = 1
2	Atividade da empresa pode causar danos a comunidade?	0	Não = 0
3	Possui plano de contenção a danos a terceiros ou ao meio ambiente?	1	
4	Esta inserido em area de risco de desastres naturais?	0	
5	Possui plano de minimização de efeitos de desastres naturais?	1	
6	Possui algum tipo de seguro contra desastres naturais?	1	
7	Possui algum tipo de seguro de responsabilidade civil?	1	
8	Possui plano de reaproveitamento e/ou tratamento de residuos?	1	
9	Possui plano de prevenção e/ou combate a incêndios?	1	
10	Pontuação total	6	
Obs: Nos itens 01, 02 e 04 a pontuação em caso de resposta afirmativa deve possuir pontuação -1.			

Fonte: Dados do estudo.

Os questionamentos levantados na figura 4 que representam os perigos foram tomados com base na área de atuação da instituição estudada, no caso, Vale do Itajaí (SC), Brasil. As

questões tendem a descrever os eventos naturais pelos quais a empresa está exposta nesta região e podem ser adaptados com o risco da região onde será aplicado.

A ferramenta sugerida tem por objetivo a análise qualitativa da gestão e quantitativa conforme mencionado, após a análise com base nos dados coletados pelo gerente de relacionamento durante visita de conhecimento da empresa e de suas necessidades, ele deverá preencher a análise quantitativa da empresa por meio das informações que possui no seu sistema.

Figura 5. Termômetro de insolvência de Kanitz

TERMOMETRO DE INSOLVÊNCIA		MENU
DESCRIÇÃO	VALOR	
ATIVO CIRCULANTE	17.351.293,00	
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
ESTOQUES	10.660.499,00	
ATIVO TOTAL	27.845.956,00	
PASSIVO CIRCULANTE	8.267.384,00	
PASSIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	8.603.729,00	
PATRIMONIO LIQUIDO	10.974.843,00	
LUCRO LIQUIDO	1.530.990,00	
PONTUAÇÃO	2	
Localização	Situação	
0 a 7	SOLVENTE	
0 a -3	INDEFINIDO	
(-3) a (-7)	INSOLVENTE	

Fonte: Adaptado de SILVA 2008.

Atualmente a instituição possui uma análise superficial dos índices de liquidez, rentabilidade do ativo e grau de alavancagem. Com a introdução do termômetro de Kanitz na ferramenta, ficará mais fácil para o gerente que negocia a operação entender a real situação da empresa por meio destes índices.

Por meio do termômetro de insolvência pode-se ter um grau de assertividade maior quanto a adimplência ou inadimplência futura da empresa tomadora, com uma agilidade e facilidade na interpretação dos dados.

Junto a estas novas ferramentas de análise somamos as ferramentas já existentes e chegou-se ao resultado final da análise. A planilha de resultado importará automaticamente cada análise individual chegando a um resultado total.

A Figura 6 demonstra uma análise de um cliente pessoa jurídica com seu cadastro sem qualquer tipo de impeditivo no cadastro dos sócios ou da empresa, atendimento total da análise de riscos e perigos corporativos, situação de solvente e garantia real em 100% do valor da operação.

A análise pontuou a operação próximo a sua pontuação máxima possível de 300 pontos, portanto a operação poderia ser liberada devido ao baixo risco e garantia adequada a operação.



Figura 6. Análise compilada dos dados

RESULTADO		MENU
Análise ampla		
23	Riscos operacionais	
22	Riscos estratégicos	
22	Riscos financeiros	
6	Perigos	
30	Rating Sócios	
2	Termometro de insolvência	
30	Rating	
30	Serasa	
30	Bacen	
100	Garantias	
295	Pontuação Total	
ACIMA DE 166 PONTOS		
Operação recomendada devido baixo Risco		
ENTRE 166 E 94 PONTOS		
Operação recomendada com ressalvas. Deve ser revisto Taxa e garantias.		
ABAIXO DE 94 PONTOS		
Operação não recomendada. Alto risco.		

Fonte: Dados do estudo

Se a operação estivesse classificada entre 166 e 94 pontos, a cooperativa deveria rever as condições apresentadas. A taxa deve ser revista para acompanhar o risco da operação bem como suas garantias.

Com a introdução desta nova ferramenta, a instituição poderá analisar tanto aspecto de qualidade quanto a capacidade do tomador em manter a adimplência em curto, médio e longo prazo. Ela ganhará ainda em eficiência e agilidade, uma vez que tanto analista quanto o gerente terão acesso as mesmas informações e parâmetros de análise.

O objetivo final da ferramenta é extinguir a falta de análise dos riscos causadoras da inadimplência e prejuízo possibilitando a instituição a majorar seus resultados gerando maior atratividade e valor agregado a seus cooperados.

5 Considerações finais

A análise de riscos na concessão de crédito para pessoa jurídica e sua eficiência leva os diretores das instituições de crédito cooperativistas a uma reflexão do resultado final do exercício de cada ano.

Quanto ao objetivo específico de demonstrar os atuais instrumentos de análise de risco na concessão de créditos adotados pela instituição financeira cooperativa pesquisada, evidenciou-se na ferramenta propostas os itens já utilizados.

Sobre o objetivo específico de apresentar os dados da carteira do crédito concedido pela instituição financeira cooperativa e ainda os fatores da inadimplência, ficou evidenciado que a participação da carteira PJ é atualmente de 69% da carteira geral e os seus fatores de inadimplência são ocasionados devido a uma má gerenciamento de riscos corporativos das empresas.

Enquanto ao objetivo específico de comparar a mutação do nível de risco em períodos de crescimento da economia e de retração e qual seu impacto sobre a inadimplência e prejuízo, observou-se que o PIB teve retração, afetando a inadimplência fazendo com que os níveis de provisionamento de devedores duvidosos aumentassem.

Já quanto ao objetivo específico de desenvolver um instrumento de análise de crédito amplo que permite avaliar a gestão dos riscos corporativos dos tomadores de crédito, foi proposto à instituição uma ferramenta onde agregasse os riscos corporativos em que a empresa



tomadora está exposta, mais o termômetro de insolvência de Kanitz e além disso manteve-se as ferramentas já utilizadas apenas integrando as nesta nova ferramenta.

Atendendo ao objetivo geral do estudo, nota-se que atualmente a análise de crédito para pessoa jurídica apresenta-se ineficiente e ineficaz, apresentando grandes índices de inadimplência. Atualmente a participação da pessoa jurídica na carteira de crédito é superior a pessoa física, situação que exige uma análise de crédito mais criteriosa e qualificada, frente a isso é fundamental uma ferramenta de análise de crédito completa e ampla.

Recomenda-se e propõe-se novas pesquisas na área, mais especificamente quanto a análise de crédito para pessoa física, pesquisas que possam apresentar novas formas de análise de crédito ou então novas ferramentas para a análise de crédito da pessoa física para que se possa ter instituições mais fortalecidas, um sistema financeiro de alta performance e cooperativas seguras.

Referências

BMF&BOVESPA (2016, Agosto). Política de gestão de riscos corporativos. 2015. Recuperado em 23, agosto, 2016, de: <http://ri.bmfbovespa.com.br/ptb/2494/Politica%20de%20Gesto%20de%20Riscos%20Corporativos_24092015.pdf>..

Brasil Econômico (2016, Agosto). Meu bolso. Recuperado em 25 agosto, 2016, de <<http://economia.ig.com.br/financas/meubolso/2016-01-21/inadimplencia-59-milhoes-iniciam-2016-como-maus-pagadores.html>>.

Coimbra, F. C. (2016, Novembro). Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de caso no setor financeiro. São Paulo: USP. 2011. Recuperado em 11 novembro, 2016, de, www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-16082011.../FabioClaroCoimbra.pdf.

COSO. (2007, Agosto). Gerenciamento de riscos corporativos. Recuperado em 23 agosto, 2016, de, http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf.

Etges, A. P. B S.; Souza, J. S. (2015, Outubro). Estudo de campo sobre gestão de riscos corporativos em empresas participantes de um parque científico e tecnológico. Santa Catarina, 2015. Recuperado em 28 Outubro, 2016, de, <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/download/3286/4069>.

Ferma. (2003, Setembro). Norma de gestão de risco. 2003. Recuperado em 03 setembro, 2016, de, <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/desemprego-no-brasil-sobe-para-102-revela-pesquisa-do-ibge>>.

Ferreir, M. A.; Visser, J. (2016, Novembro) Governance of Spreadsheets through spreadsheet change reviews. 2012. Recuperado em 11 novembro, 2016, de, <https://arxiv.org/pdf/1211.7100>.

Gartner, I. R.; Moreira, T. B.S.; Galves, H. M. (2009, Novembro). Análise do risco setorial como instrumento de controle gerencial em instituições financeiras. São Paulo: RAM, V 10, 2009. Recuperado em 11 novembro, 2016, de, <http://www.redalyc.org/pdf/1954/195415633006.pdf>.

Gil, A. C. (1999) Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.

Heinzelmann, M.R.; Souza, S. (2009). Associativismo, uma história de sucesso. Joinville: Univille.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2016, Agosto). Guia de orientação para gerenciamento de riscos corporativos. 2007. Recuperado em 23 Agosto, 2016, de <http://www.ibgc.org.br/userfiles/3.pdf>

Junior, A. F. de A. Da S.; Araujo, R. Â.; Cabral, S. (2016, Novembro). Integração da gestão estratégica, governança e gestão de riscos: Impacto da crise de 2008 em duas companhias de alimentos. São Paulo: RIAE, V12, 2013. Recuperado em 11 Novembro, 2016, de, <http://www.redalyc.org/pdf/3312/331231868007.pdf>.

Leite, P. H. Da C.; Alves, C. A.de M.; Filho, C. A.P. M. (2016, Outubro). Gestão de risco operacional em uma instituição financeira pública que atua no Brasil: Um estudo de Caso. Rio de Janeiro. 2010. Recuperado em 27 outubro, 2016, de, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5498>.

Martins, G. de A. (2016). Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Meinen, Ê.; Port, M. (2014). Cooperativismo financeiro - Percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confabras.

Meinen, Ê.; Port, M. (2012). O Cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã. Brasília: Confabras.

Menezes, N. M. L. (2016, Outubro) Gerenciamento de riscos de empresas não financeiras: Exigência e necessidade. Rio de Janeiro, 2012. Recuperado em 29 outubro, 2016, de, http://modelosfinanceiros.com.br/sitefgr/assets/documentos/gerenciamento_de_risco_de_empresas_nao_financeiras.pdf.

Oliveira, A.M.; Cunha, A. C. (2016, Novembro). Análise de risco como medida preventiva de inundações na Amazônia: estudo de caso de enchente de 2000 em Laranjal do Jari-AP, Brasil. Santa Maria, Ciência e Natura, V 37, 2015. Recuperado em 11 de novembro, 2016, de, <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/download/16224/pdf>.

Önder, S.; Ergin, H. (2016, Novembro). Determiners of enterprise risk management applications In Turkey: An Empirical Study With Logistic Regression Model On The Companies Included In ISE (Istanbul Stock Exchange). Istanbul: BEH, V 7, 2012. Recuperado em 11 de Novembro, 2016, de, <http://econpapers.repec.org/RePEc:pdj:jrnbeh:v:7:y:2012:i:1:p:19-26>.

Pedote, C. F. S. (2016, Outubro). Analise e gerenciamento de risco, gestão de riscos operacionais em instituições financeiras. São Paulo, 2002. Recuperado em 28 outubro, 2016, de, <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4919/1200200870.pdf?sequenc>.

Pinho, D. B.; Palhares, V. M. A. (2010). O cooperativismo de crédito no Brasil do Século XX ao Século XXI. Brasília: Confabras.

Pinto, E. S. S. (2016, Outubro). Gestão de riscos corporativos em uma empresa de telecomunicações. Pedro Leopoldo, MG, 2012. Recuperado em 29 outubro, 2016, de, http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2012/dissertacao_eduardo_sar_dinha_2012.pdf.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

BACEN (2016, Outubro). Resolução N° 2.390, de 22/05/1997 do Banco Central do Brasil. Determina às instituições que especifica a prestação ao Banco Central do Brasil de informações sobre clientes, objetivando a implementação do sistema Central de Risco de Crédito. Recuperado em outubro, 2016, de, <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45607/Res_2390_v1_O.pdf>.

BACEN (2016, Outubro). Resolução N° 2.682, de 22/12/1999 do Banco Central do Brasil. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperado em Outubro, 2016, de, <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>.

Santos, J. O. (2012) Analise de crédito. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Schrickel, W. K. (1994). Analise de crédito, concessão e gerência de empréstimos. São Paulo: Atlas.

Silva, J. P. (2008). Gestão de análise de risco de crédito. 6 ed. São Paulo: Atlas.

SPC. (2016, Outubro). Indicadores de inadimplência de pessoas jurídicas SPC Brasil e CNDL. 2016. Recuperado em outubro, 2016, de, <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/07/An%25C3%25A1lise-Inadimpl%25C3%25Aancia-PJ-_junho-2016.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Tavares, R. F. (1988). Crédito e cobrança. São Paulo: Atlas.